

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS E A TEORIA DE PAULO FREIRE: a experiência do Pibid

Maria Veranilda Soares Mota¹
Leila Cristina Moraes²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é a elaboração de uma experiência constituída a partir de práticas suscitadas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). O Pibid, criado pela Capes, em 2007, tem por objetivo valorizar o magistério, apoiar estudantes de licenciatura plena inserindo-os no cotidiano de escolas da rede pública de Educação, promover a integração entre Educação Superior e Educação Básica e proporcionar aos licenciandos uma participação em experiências metodológicas, tecnológicas e de práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar. O Pibid-Pedagogia apresenta um aspecto diferencial das demais licenciaturas, por se fazer presente na realidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que o profissional da Pedagogia é o responsável pelas primeiras experiências escolares das crianças, ou seja, pelo aprendizado básico, onde a leitura e a escrita, elementos fundamentais para o aprendizado de todas as disciplinas escolares, são construídas.

Partimos do pressuposto de que todas as crianças são capazes de aprender, e, ao nos depararmos com uma realidade onde determinados alunos até chegam a um nível inicial de alfabetização, mas não desenvolvem adequadamente suas habilidades de leitura e escrita ao longo do Ensino Fundamental,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e coordenadora do Pibid-Pedagogia. E-mail: veranilda.mota@ufv.br

² Mestranda de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: leila.moraes@ufv.br

pensamos o Pibid como espaço para a formação de professores capazes de pesquisarem sua prática.

Como explicar o fato de as crianças em fase de alfabetização não serem alfabetizadas, principalmente quando estas não apresentam problemas biológicos? Encontramos na literatura explicações referendadas em aspectos diferenciados. Dentre elas, há uma discussão sobre a melhor forma de alfabetizar, como se no método estivesse a solução do problema. De um lado, existem os defensores do chamado método sintético, do outro, os do método analítico. Mortatti (2006), analisando a questão dos métodos de ensino inicial de leitura e escrita, aponta quatro momentos de disputa entre os métodos de alfabetização. O primeiro momento diz respeito ao Método Sintético, que engloba os trabalhos que iniciam da parte para o todo, soletração das letras; o fônico, valorizando os sons das letras e a silabação, partindo das sílabas. O segundo momento é a implementação do Método Analítico, “o ensino devia ser iniciado pelo todo para depois proceder a análise das partes” (MORTATTI, 2006, p. 3). No terceiro momento, em busca de soluções para os problemas, surge uma mistura do método sintético e do analítico, relativizando a disputa. O quarto momento é considerado o da influência da psicogênese da língua escrita, pautada na pesquisa da evolução da escrita infantil de Emília Ferreiro, deslocando a discussão dos métodos para o processo de aprendizagem da escrita.

Além dessa discussão, nos deparamos com o uso do termo letramento, presente em grande parte dos estudos sobre alfabetização, que, como opção prática, sugere o uso e leituras de diversos gêneros textuais, para que ocorra o letramento. Deparamo-nos, também, com um grande volume de trabalhos escritos que, religiosamente, incorporam a concepção de alfabetização acompanhada do termo letramento entendida como um fenômeno novo, que explica o uso social que o sujeito faz da leitura e escrita. A

alfabetização, desse modo, é compreendida como técnica da leitura e escrita.

Tal fato nos intriga quando consideramos as preocupações de Paulo Freire com o processo de alfabetização. Por que a premente defesa do termo letramento? Essa concepção contradiz a proposta de Paulo Freire sobre alfabetização? Moraes, em uma análise de artigos publicados, no intervalo de 10 anos, pelo Grupo de Trabalho Alfabetização, leitura e escrita (GT 10), da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), conclui que um “certo encanto com os fenômenos do letramento levou pesquisadores a investir menos no estudo da escrita alfabética” (MORAIS, 2006, p. 2-3), e acreditar em certa espontaneidade da escrita, como se o mero contato com diferentes textos garantisse o aprendizado. Podemos ver que os próprios defensores do letramento reconhecem uma falha no encantamento, o que levou à falta da ‘especificidade’ da alfabetização. Com o objetivo de apaziguar os conflitos entre terminologias alfabetização e letramento, Soares teve que diferenciar os termos e acrescentar que eles se somam e não se excluem, apontando, assim, a proposta: “alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando.” (SOARES, 2004, p. 9).

Parece-nos que o desafio da alfabetização atual é encontrar o equilíbrio entre as teorias e os métodos. As concepções de alfabetização em Paulo Freire são basilares no entendimento de uma educação escolar que seja munida de contexto a partir da realidade dos educandos. A escola é um espaço de cultura, e, como tal, deve proporcionar aos estudantes o acesso a diferentes linguagens, atividades, espaço de formação de um cidadão crítico e autônomo. Para Paulo Freire (1974), no cerne da noção de alfabetização está a constatação de que na cultura temos momentos de dominação, assim como temos a possibilidade dos oprimidos reconhecerem formas de romper com as estruturas que os impedem de mudar a realidade social opressiva em que vivem. A

Alfabetização é uma qualidade da consciência humana, pois possibilita às pessoas instrumentos para pensar e agir reflexivamente. Eis a definição que o professor Ernani Maria Fiori apresenta ao prefaciar o livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1974, p. 5):

Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se. Por isto, a pedagogia de Paulo Freire, sendo método de alfabetização, tem como ideia animadora toda a amplitude humana da “educação como prática da liberdade”.

A vivência com o processo de alfabetização e as inquietações do porquê de algumas crianças não serem alfabetizadas como as demais de sua turma, levaram a nos debruçarmos sobre o estudo das dificuldades de aprendizagem e dos diferentes métodos de alfabetização. Foi a partir deste instante que nos interrogamos se haveria experiências de adaptação do método Paulo Freire para crianças. Encontramos algumas disponíveis, todavia eram pesquisas isoladas e sem ampla divulgação. Souza (2006), por exemplo, analisa as práticas, princípios e pressupostos do Método Paulo Freire, para a alfabetização de crianças, a fim de legitimar a sua atualidade e validade. A referida autora cita pesquisas que ousaram fazer uso do método Paulo Freire na alfabetização de crianças: a pesquisa de Caldart, que desenvolveu este método com crianças do Movimento Sem Terra (MST), e a pesquisa de Marcus Maia e André Toral com crianças indígenas.

Leite e Duarte (2008) adaptaram o método Paulo Freire com crianças que ainda não tinham sido alfabetizadas. Em relação ao método, os autores modificaram a proposta de Freire fundindo a quarta e quinta fase, que consistem da realização das fichas de descoberta e a decomposição em famílias fonêmicas. Neste trabalho, os autores frisam a importância do diálogo desenvolvido no círculo de cultura, momento em que o alfabetizando fala de sua vida,

extraindo, a partir disso, as palavras geradoras, para dar início ao plano de trabalho. Estes pesquisadores chegaram à conclusão que o método “é eficaz quando o educador tem como ponto de partida a história de vida e a leitura do mundo dos educandos” (LEITE; DUARTE, 2008, p. 35).

Encontramos, também, a proposta de Carlos Brandão (2001), que propõe um “Jogo das palavras semente”, ao reinterpretar o método de alfabetização de Paulo Freire para crianças. A forma de escrita é endereçada a elas, com ou sem a presença do professor. Esta proposta se inicia pela pesquisa das “palavras semente” mais usadas pelos alunos, o que Freire chamou de procura das palavras geradoras. O professor anota as palavras em fichas (fichas de jardineiro), como se fosse um jogo de cartas. O passo seguinte é embaralhar as fichas, iniciando o trabalho com cada criança, escolhendo uma ficha e depois formando quantas palavras for possível. Podem acrescentar as vogais, ou o S para deixar a palavra no plural, ou também inventar um verbo e colocar um R. Um exemplo é o termo ‘roda’: acrescentando-se o R se torna um verbo (roda – rodar). É um jogo bem flexível e as adaptações são possíveis dependendo da percepção e vontade das crianças e do educador. Cada criança marca um ponto para cada palavra formada, mas ao final tem que ser somado com as palavras do grupo. Sendo assim, não há um ganhador, mas um trabalho em equipe. Depois de ter semeado as palavras, pode-se criar frases e com as frases, um poema, um conto ou aquilo que desejarem. Brandão alerta para a possibilidade de criar até uma palavra nova.

Nosso trabalho, demandado pela necessidade de superação das dificuldades encontradas na escola, no movimento de alfabetizar as crianças com agourentos diagnósticos de incapacitados para o ato de aprender, nos impulsionou buscar uma prática metodológica, fundamentada em bases filosóficas e psicanalíticas, que nos permitisse contribuir com a aprendizagem das crianças da escola,

lócus de atuação do Pibid. Autores como Paulo Freire (1974, 2001, 2002), Giroux (1986), Kupfer (2000), Bettelheim; Zelan (1984), Brandão (2001), Reich (1980), Ramos (1934), dentre outros, foram fundamentais nesse processo. Confirmamos, através de nossa experiência, que

as palavras serão aprendidas facilmente e depressa se estivermos interessados naquilo que elas significam para nós. Se quisermos que nossas crianças se desenvolvam e alcancem uma plena alfabetização, a leitura deve ser atraente desde o início [...]. (BETTELHEIM; ZELAN, 1984, p. 234).

A experiência no Pibid nos fez vivenciar as palavras citadas acima, o que nos possibilitou uma visão ampliada e contextualizada da realidade.

2 EXPERIENCIANDO A ALFABETIZAÇÃO DE PAULO FREIRE

Diante dos estudos realizados, iniciamos um processo de observação com a turma do 3º ano de uma escola pública, durante quatro meses, onde identificamos três crianças de 9 e 10 anos, que ainda não haviam sido alfabetizadas e apresentavam um histórico de reprovação em anos anteriores.

Partimos, então, para uma experiência com a aplicação do método Paulo Freire, como proposto por Carlos Brandão (2001). Uma das crianças estava no 3º ano pela segunda vez. Em sala de aula ele, interagiu tranquilamente com os colegas. Copiava com capricho todo conteúdo do quadro negro, mas não conseguia realizar as atividades. A segunda criança era quieta na sala, quase não conversava, copiava, mas não realizava as atividades, pois não sabia ler e, assim, não conseguia entender os enunciados. No momento da pesquisa, enfrentava um processo conflituoso de separação dos pais. A terceira criança, cujos pais já estavam separados, estava no mesmo nível de aprendizagem da segunda. As três crianças apresentavam características comuns: não estavam

alfabetizadas, não apresentavam problemas de indisciplina e comportavam-se passivamente.

Como prática de trabalho no Pibid, organizamos o trabalho em Oficinas de Atividades, espaço para desenvolvermos experiências metodológicas com as crianças que não estavam acompanhando o ritmo da turma. Como diz Freire, mais do que um método, precisamos de uma relação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de alfabetização. Contemplando esta relação, formamos um círculo de cultura, ou seja, um momento em que as crianças podiam relatar suas vivências. “De que forma entender as dificuldades durante o processo de alfabetização de alunos sem saber o que se passa em sua experiência em casa?” (FREIRE, 1995, p. 111). A pesquisa do universo vocabular foi realizada através de conversas informais, como no recreio e nas aulas de Educação Física, momento em que as crianças estão descontraídas.

3 ESQUECEMOS PAULO FREIRE?

A partir da experiência descrita anteriormente, procuramos compreender o termo letramento, que é amplamente divulgado no Brasil. Para os pesquisadores que defendem o letramento, o termo significa *literacy*, uma tradução do inglês para o português. Em contraposição, Ferreiro (2003) afirma que *literacy* não traduz o termo letramento, que pode ser traduzido como *expertise*, ter conhecimento. Ela considera o uso do termo letramento um retrocesso, pois a alfabetização virou, a partir deste termo, sinônimo de decodificação. Ferreiro (2003) crítica a distinção dos conceitos, e, principalmente, a coexistência dos dois termos.

Os defensores do letramento defendem que se trata de um ‘fenômeno novo’, já que o indivíduo, depois de ter aprendido a ler e a escrever é capaz de fazer uso social da escrita (Soares, 2001). A

alfabetização é associada a uma técnica em que o indivíduo tem o “domínio do código convencional da leitura e da escrita” (SOARES, 2003, p.16), não sendo pré-requisito para o letramento, isto é, a pessoa pode ser letrada, mas ser não alfabetizada. Nesta perspectiva, há uma supervalorização do termo letramento em detrimento da alfabetização, que foi reduzida a uma técnica de leitura e escrita despida da sua função social e cultural.

Paulo Freire é um educador amplamente pesquisado pelo mundo todo, mas, no Brasil, o seu berço de origem, nos estudos sobre alfabetização de crianças, parece ter sido esquecido, ou substituído por uma teoria que diz que letrar é mais que alfabetizar. Antes de Freire, a alfabetização poderia ser compreendida desta forma – aprendizado da escrita e leitura. Freire ampliou o olhar para a concepção de uma alfabetização emancipadora e conscientizadora. O ato de escrever e ler é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, já que o alfabetizando tem que se conscientizar da realidade à sua volta, de forma crítica. Como coloca Freire (2002, p. 14), “a alfabetização e a conscientização jamais se separam”.

Neste sentido, o alfabetizando não só faz uso social da leitura e da escrita (como anuncia o letramento), como também se apodera, de forma crítica e consciente, do ato de ler e escrever. De acordo com Gadotti (2005), não se trata de conflito por defesa de terminologias, mas refere-se a uma posição ideológica que nega as contribuições do pensamento Freiriano, ignorando o sentido de uma educação popular, sendo, então, o letramento uma forma de contradizer essa tradição. O uso do termo letramento:

trata-se, lamentavelmente, de uma tentativa de esvaziar o caráter político da educação e da alfabetização, uma armadilha na qual muitos educadores e educadoras hoje estão caindo, atraídos e atraídas por uma argumentação que, à primeira vista, parece consistente. (GADOTTI, 2005, p. 49).

O exagerado uso do termo letramento confundiu os alfabetizadores e empobreceu a função da alfabetização, uma vez

que o contato com diferentes textos já resultaria no uso social da leitura e da escrita. É preciso recuperar a função social da alfabetização. Precisamos contrapor este movimento através de pesquisas e trabalhos que resgatem o sentido da alfabetização concebida por Paulo Freire. É com clareza de quem entende amorosamente o ser humano, que Paulo Freire defende uma educação que busque a conscientização dos educadores e educandos.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2002, p. 31, grifos do original).

Esta relação deve se desenvolver a partir da realidade do educando, e isto requer a superação de conteúdos vazios e descontextualizados. No entanto, na prática escolar, a ênfase na linguagem verbal, no intelecto, e no acúmulo de informações, impede que a criança se manifeste utilizando outras formas de expressão. Através de atividades mecânicas e repetitivas, imobiliza-se a criança, refreiam-se seus movimentos, reprime-se seu prazer, seu desejo, sua vivacidade e aos poucos ela vai perdendo a sua criatividade e a sua espontaneidade.

A educação de crianças que tenha consonância com o pensamento de Paulo Freire se faz, portanto, um desafio. O próprio Freire relata sobre uma experiência de educação de crianças, pautada na educação problematizadora, vivida na Suíça com um grupo de espanhóis que buscava problematizar a educação de seus filhos. Os pais tomaram a iniciativa e, embasados pelas concepções do livro *Pedagogia do Oprimido*, criaram uma forma de se contrapor a educação que seus filhos recebiam na escola. Os encontros

aconteciam duas a três vezes por semana. A intenção fundamental dos pais era estimular nas crianças uma forma crítica de pensar³.

Este olhar para a alfabetização precisa ser resgatado. Na nossa experiência do Pibid, com crianças de escolas públicas que não se alfabetizam plenamente, a teoria de Freire torna-se viável.

Compreendemos que a transposição da teoria de Freire para a sala de aula requer, entre vários pontos, a postura de um professor que reflita constantemente sobre sua prática, que veja a criança não como um vazio a ser preenchido, mas como ser atuante que precisa problematizar a realidade e a si mesmo, e, assim, possibilitar formas de reflexão permanentes para, em conjunto com os outros, também transformar a realidade que o circunda.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire: história do menino que lia o mundo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

BETTELHEIM, B.; ZELAN, K. **Psicanálise da alfabetização: um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FERREIRO, E. Alfabetização e cultura escrita. Entrevista concedida à Denise Pellegrini. **Nova Escola**, São Paulo, Abril Cultural, p. 27-30, maio 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

³ A este respeito ver Freire (2001, p. 140-141).

GADOTTI, M. Alfabetização e letramento têm o mesmo significado? **Pátio**: revista pedagógica, Porto Alegre, n. 34, p. 48-49, maio/jul. 2005.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

KUPFER, M. C. **Educação para o futuro** – psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2000.

LEITE, Olivia S. L.; DUARTE, J. B. Aprender a Ler o Mundo: adaptação do método de Paulo Freire na alfabetização de crianças. **Revista Acoalfa plp**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 22-37, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net/0005acoalfaplp/a003n0005n01alfcrian01.html>> Acesso em: 26 jun. 2013

MORAIS, A. G. **Concepções e Metodologias de Alfabetização**: Por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “Métodos”? 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_moarisconcp_metodalf.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013

MORTATTI, M. R. L. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. In: SIMPÓSIO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, DPEI/SEB/MEC, Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttext_alfbbr.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013

RAMOS, A. **Educação e Psychanalyse**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

REICH, W.; SCHMIDT, V. **Psiconálisis y Educación 1**. Trad. Ramón Garcia, Nuria Pérez de Lara e Sebastián Alemany. Barcelona: Anagrama, 1980.

_____. **Psiconálisis y Educación 2**. Trad. Ramón Garcia, Nuria Pérez de Lara e Sebastián Alemany. Barcelona: Anagrama, 1980.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos. **Pátio**, ano 8, n. 29, p. 18-22, fev./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2013

Recebido em: 29/04/2013

Aprovado em: 20/05/2013